

2

Fundamentação teórica

Este capítulo tem como foco a apresentação dos pressupostos teóricos relevantes para os propósitos deste estudo. Nesse sentido, iniciamos o capítulo, apresentando na seção 2.1 a perspectiva etnometodológica que orienta a presente pesquisa. Na seção 2.2 examinamos a noção de Categoria de Pertença e Categorização de Pertença e na seção 2.3 apresentamos a noção de moralidade.

2.1.

A perspectiva etnometodológica

A Etnometodologia surgiu no final da década de 1960 na Califórnia, Estados Unidos. Essa corrente nasceu como uma ruptura do que pregava a Sociologia tradicional pois contestava os métodos utilizados pela Sociologia na investigação da organização da sociedade. Assim, a etnometodologia buscava a mudança de “um paradigma normativo para um paradigma interpretativo” (COULON, 1995: 10). Harold Garfinkel foi seu principal precursor e em 1967 publicou o livro “Studies in Ethnomethodology” (Estudos sobre Etnometodologia).

Diferente da Sociologia Clássica, a Etnometodologia abarca a abordagem interpretativista e qualitativa de pesquisa. Nesse tipo de pesquisa, o que se busca é entender como os indivíduos se orientam para suas diferentes organizações, ou seja, busca compreender as atividades do dia a dia, sejam elas rotineiras ou eventuais, onde existam interações. Para o contexto de nossa pesquisa, vale ressaltar que, em relação aos estudos organizacionais, a utilização da pesquisa e dos princípios etnometodológicos remete a situações-problema relacionadas à prática dos indivíduos.

Outro ponto divergente é que, enquanto a Sociologia tradicional faz suposições sobre os indivíduos e a sociedade, a etnometodologia acredita que os indivíduos são atores sociais que criam e recriam a realidade da sociedade através da interação, ou seja, do uso da linguagem. Segundo Harold Garfinkel (1967), ao construir significados, nas diferentes situações do dia a dia em sociedade, os atores

sociais carregam consigo certas expectativas ligadas ao senso comum e que são compartilhadas pelos membros da sociedade. Dessa forma, as pessoas reconhecem essas expectativas e buscam se adequar e adequar os outros a “ordens sociais reconhecíveis” (RAWLS, 2003, p.123).

Seguindo a linha de pensamento de Garfinkel (1967, 2006), Coulon (2005) lista cinco conceitos base para a etnometodologia: (i) a prática; (ii) a indicialidade; (iii) a reflexividade; (iv) a accountability (relatabilidade) e (v) a noção de membro.

O conceito de prática mostra que o interesse central da etnometodologia se dá em relação às atividades práticas do dia a dia. Ela busca entender como os indivíduos realizam essas atividades e atribuem sentido às mesmas. O conceito de indicialidade aponta que, em algumas situações, para compreender uma palavra é necessário que busquemos informações adicionais (COULON, 2005). Segundo Coulon (2005), a linguagem é indicial, pois para os atores sociais atribuem significados diferentes às palavras dependendo do contexto em que eles se manifestam.

O conceito de reflexividade está relacionado ao processo de construção contínua de uma comunidade social através de suas atividades práticas. Essas atividades práticas que envolvem interação entre os atores sociais acabam influenciando toda a comunidade social.

Segundo Garfinkel (2006:1), em relação ao conceito de *accountability* é necessário entender que:

“Os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas dos membros como também dos métodos que fazem estas atividades visivelmente racionais e relatáveis a todos os fins práticos, isto é, descritíveis (accountable), enquanto organização ordinária das atividades de todos os dias”.

Dessa forma, a comunidade social estudada descreve suas atividades práticas partindo das referências de sentidos e significados compartilhados pelos atores sociais que a compõem. Posto isso, o conceito de *accountability* pode ser entendido como uma justificativa da comunidade social para tentar explicar certa ação ou conduta própria ou de terceiros.

Em relação à categoria de membro, Garfinkel entende que membro é aquele que compartilha da linguagem de uma comunidade social e que, através de métodos, atividades e dispositivos de adaptação, dá sentido ao mundo que o rodeia (Coulon, 2005:51,52). Dessa forma, membro é aquele que produz significados dentro da comunidade e não apenas os absorve.

Segundo Coulon (1995:26):

“(...) a etnometodologia começa a cindir-se em dois grupos: o dos analistas da conversação que tentam descobrir em nossas conversas as reconstruções contextuais que permitem lhes dar um sentido e dar-lhes continuidade; e o dos sociólogos para os quais as fronteiras reconhecidas de sua disciplina se acham circunscritas aos objetos mais tradicionais que a sociologia estuda, como a educação, a justiça, as organizações, as administrações, a ciência” [tradução própria].

É nesta esteira que o sociólogo Harvey Sacks, fundador dos estudos sobre a Análise da Conversa Etnometodológica, desenvolve o conceito de Categoria de Pertença que será apresentado por nós na seção seguinte.

2.2.

O conceito de Categoria e Categorização de Pertença

Nossa pesquisa se apoia nos conceitos de Categoria de Pertença apresentados por Sacks (1992) e Jayyusi (1984) e de Categorização de pertença apresentado por Jayyusi. Posto isso, os conceitos serão aprofundados a seguir.

2.2.1.

O conceito de Dispositivo de Categoria de Pertença

No início da década de 1960, Harvey Sacks iniciou seus estudos sobre Análise de Categorias de Pertença (ACP), visando ampliar sua compreensão sobre o uso da linguagem como ação social. Mais especificamente, o autor buscou compreender como os participantes de uma interação se utilizam de categorias sociais específicas como elementos organizadores das atividades em curso (SACKS, 1992; SILVERMANN, 1998; SCHEGLOFF, 2007a). Após a morte de

Sacks em 1975, Schegloff e Jefferson publicaram em 1992 suas palestras (*Lectures*).

Em suas palestras, Sacks (1992) desenvolve o conceito de coleções e categorias. Iniciemos, entendendo o conceito de coleção. Segundo sua proposta, os indivíduos que são membros ativos da sociedade se organizam em diversas coleções que abarcam diversas categorias. Em seu trabalho, Sacks distingue duas coleções: a R e a K. A coleção “R” é a coleção que possui uma relevância pragmática e abarca os pares relacionais padronizados (*Standardized Relational Pairs-SRP*) sobre os quais falaremos mais adiante. A coleção “K” é a que possui categorias que abarcam *expertise*.

Os pares relacionais padronizados (SRP) referem-se aos pares cujos constituintes têm direitos e deveres mútuos. Um exemplo são os pares como mãe e bebê, esposa e esposo, irmão e irmã. Sem um constituinte, não existe o outro. A coleção “K” (*K-knowledge*) é entendida como aquela que abarca as categorias relacionadas ao conhecimento (*knowledge*). Dessa forma, fariam parte dessa categoria profissionais, como, dentre outros, o policial, nosso objeto de estudo.

Outro ponto importante no estudo das categorias é a sua relação com o processo inferencial. De acordo ainda com Sacks, ao ser classificado em uma dada categoria, o representante carrega consigo todas as atividades e atributos (direitos e obrigações) atrelados àquela categoria (*category bound*), os quais são culturalmente e socialmente construídos. Pode-se dizer, então, que a categoria de pertença funciona como um depósito de conhecimento do senso comum, o qual é acessado toda vez que uma referência a essa categoria é formulada (SCHEGLOFF, 2007a). As inferências acarretadas pelas categorias é o que Sacks denominou de Dispositivo “MIR” (*Membership Inference-rich Representative*).

Uma ilustração dessa descoberta foi desenvolvida por Sacks num artigo intitulado de *The Baby Cried* (O Bebê Chorou). O artigo teve sua origem na análise de uma história contada por uma criança, que inicia sua história com a frase: “*The baby cried; the mommy picked it up*” (O bebê chorou; a mamãe o pegou no colo.) (SHEGLOFF, 2007a). Assim, a fim de explicar a ideia de dispositivo de Categorias de Pertença, Sacks (1992) propõe o seguinte exercício de descrição:

“X chorou. Y pegou-o no colo”.

Nesse exercício, Sacks (1992) apaga as identidades de “X” e “Y” e questiona os motivos de tendermos a processar a frase como:

“O bebê chorou. A mãe pegou-o no colo”.

Segundo o autor (SACKS, 1992, p. 236), nós categorizamos “X” e “Y” através da inferência que é compartilhada pelos indivíduos ao ouvirem a mesma frase e, dessa forma, desenvolvemos uma história na qual acreditamos ser uma descrição do que aconteceu. Com isso, os estudos de Sacks “se voltam ao verificar a operacionalização de um sistema que é, nesse caso, como nós compreendemos a história de X e Y da forma como a compreendemos” (OSTERMAN; SELL, 2009). Quando ouvimos a história, fazemos inferências sobre ela com base em categorias que pertenceriam à coleção família. Coleções (ex.: família) podem incluir várias categorias (pai, mãe, avô, avó, filha, filho, etc.) ou serem binárias, como por exemplo o gênero homem e mulher e raça negro e branco, entre outros.

No entanto, a Análise da Categoria de Pertença (ACP) vai além de uma simples categorização, na verdade, ela faz referência às identidades dos atores sociais e “não se propõe a recorrer a categorias prontas ou produzidas pelo pesquisador para explicar aquilo que está acontecendo e nem tampouco apela para categorias do senso comum” (OSTERMAN; SELL, 2009). A ACP busca entender dentro da interação e contexto social como as identidades são organizadas, realizadas, construídas ou contestadas.

Segundo Sacks (1992), algumas regras regem as aplicações das coleções de categorias. A primeira regra se refere é a da “economia”. De acordo com esta regra, o uso de apenas uma categoria já nos faz alcançar a inteligibilidade e adequação da descrição, ou seja, uma referência como “médico” ou “homem” é o bastante e não necessita de informações adicionais, tais como “peso”, “idade”, “status civil” embora elas possam ser usadas. Podemos também retomar o exemplo sobre a categoria mãe e bebê em que não necessitamos de maiores detalhes para que a compreensão ocorra.

A segunda regra se refere a regra da “consistência”. Esta regra sugere que, ao mesmo tempo que uma categoria pertencente a uma dada coleção é usada para categorizar um indivíduo, outras categorias da mesma coleção podem ser usadas para categorizar outros indivíduos da mesma população. Como exemplo podemos utilizar a coleção “família” e a categorização de seus membros como “mãe”, “pai”, “filho”, etc.

Sacks atenta ainda para o fato de que ambiguidades possam surgir devido ao fato de uma categoria pertencer a mais de uma coleção, isto é, podemos incluir a categoria “bebê” dentro da coleção “família” ou “etapas da vida”, por exemplo. A fim de sanar possíveis casos ambíguos, nós devemos, além de compreender a categoria em relação à sua coleção, compreender as duas categorias que ouvimos uma em relação a outra. Dessa forma, ao lembrarmos o exemplo anterior, compreendemos dentro da história que o “bebê” que chorou é filho (a) daquela “mãe” que o pegou no colo e ambas são pertencentes à categoria “família”. Considera-se então que as categorias “mãe” e “bebê”, pertencentes à coleção família, fazem parte do que Sacks nomeia de mesmo “time”, isto é, uma “organização duplicativa” em que as coleções contêm os membros da população. A ambiguidade, assim como as outras questões das quais o aparato de categoria de pertença dá conta, se encontra no “corolário da regra de consistência”.

Alguns conceitos relacionados à categoria de pertença desenvolvidos primeiramente por Sacks (1992) estão sendo expandidos por outros analistas, inclusive por ela mesma. Um dos conceitos expandidos é o de atividades atreladas à categoria (category bound ou category tied).

O conceito de atividades atreladas a categoria (category tied ou category bound) está sendo expandido com a utilização da noção de categoria atrelada a direitos e deveres, obrigações, conhecimentos, etc. daqueles que pertencem a categoria em questão (Jayyusi, 1984, 2015). Segundo a autora, a categoria está atrelada a propriedades convencionalmente esperadas, hábitos, crenças, etc., isto é, quando categorizamos alguém, partimos do que está convencionalmente enraizado em nossa comunidade de prática e o fazemos a partir dos hábitos e crenças locais. Posto isso, entendemos que a categoria de pertença refere-se aos conceitos categóricos já culturalmente disponíveis o quais os membros rotineiramente usam.

As categorias, portanto, carregam, convencionalmente, um aglomerado de trações esperados. Por sua vez, os traços constitutivos da categoria carregam um aglomerado de possíveis ações, hábitos, aparência, tempo, lugares, etc. Assim, entendemos que uma categoria tal como a categoria policial de UPP, por exemplo, é formada através da coleta ao longo do tempo e da formulação de várias atividades que são atreladas à categoria tais como dever de proteger, ajudar, resgatar, dentre outros. É, a partir daí, que a autora apresenta o conceito denominado categoria de incumbência (*incumbency category*), definida como a que define o que é esperado

de um indivíduo em termos de seu dever, responsabilidade, obrigação ou função. Nessa linha, determinadas atividades constituiriam a incumbência de um policial, como assegurar a segurança do cidadão, a ordem, servir à população, mesmo quando não está no horário ou local de trabalho.

Outra contribuição dos estudos de Jayyusi é a distinção entre classes de categoria de pertença. A distinção que aqui nos interessa é a de grupo auto organizado. De acordo com a autora, esse grupo é, constituído com base em um conjunto de crenças, interesses, atitudes, comprometimento e inclinações, e constituído através de uma série de regras e procedimentos, de regras de pertencimento. É também um grupo moralmente organizado, rodeado de crenças morais, comprometimento, códigos, valores, etc. que são ligados à sua prática rotineira. Nesses grupos, a ação e responsabilidade moral de um membro é atribuída a todo grupo.

Neste trabalho, alinhamos as contribuições dos estudos de Sacks com relação ao conceito de categoria às contribuições de Jayyusi no que se refere à categoria de incumbência. Assumimos também, de acordo com Jayyusi, que a polícia é um grupo auto-organizado e moralmente organizado, em que o desvio de ação moral de um membro é atribuído a todo grupo. Neste trabalho, defendemos também que, enquanto grupo, a categoria polícia inclui subcategorias de policial com status, habilidades, conhecimentos e atividades diferentes, como é o caso dos policiais do BOPE, dos que atuam na rua e dos que atuam nas comunidades pacificadas, o que tem impacto na avaliação dos moradores.

2.2.2.

Categorização de Pertença

Em concordância com Sacks (1992), Arribas-Ayllon et al. (2011) também postulam que mais do que descrever e categorizar pessoas, grupos, objetos ou eventos, a categorização é também um recurso através do qual os indivíduos performam ações discursivas. Partindo desse conceito, Arribas-Ayllon et al (2011, p. 65) entendem que a categorização está intimamente relacionada ao conceito de *account*, pois ao categorizar socialmente o falante acaba por fazer julgamentos e avaliações em relação ao indivíduo categorizado tendo como base as expectativas

socialmente e moralmente convencionalizadas através do senso comum sobre as normas de um padrão culturalmente edificadas.

A questão levantada por Arribas-Ayllon et al nos parece bem resolvida por Jayyusi (1984, 2015) quando distingue categoria de pertença (membership category) e categorização de pertença (membership categorization). Para a autor, a categorização é entendida como o trabalho dos indivíduos que lançam mão de certas características ou ‘tipos’ para categorizar outros indivíduos. Assim, ao utilizar o termo ‘tipo’ de categorização, a analista busca passar a ideia de que categorizações não são fixas e sim constituídas de vários tipos de categorização. Jayyusi (1984, 2015) caracteriza ‘tipo’ como algo construído ou formulado como referência a um grupo. Ademais, a descrição de um ‘tipo’ procede a produção de uma lista de traços e práticas.

Como exemplos de categorização temos: bom homem, pessoa nervosa, menina bonita, etc. Para nossa pesquisa vale adicionarmos os exemplos bom policial, mal policial, policial truculento, policial calmo, etc. Assim, cada policial e seu respectivo adjetivo é descrito como um tipo de policial que abarca uma lista de traços e práticas particulares a cada tipo. Vale notar que a categorização vem acompanhada de adjetivos somados a categoria. Esses adjetivos e a categoria a eles somados são criteriosamente dependentes um do outro.

Segundo Jayyusi (1984, 2015) a categorização de indivíduos é atributiva e não somente descritiva. Como exemplo dessa característica atributiva temos por exemplo, o tipo ‘policial bom’. Além da descrição de sua categorização como aquele que ajuda, pensa no próximo, socorre, protege, etc., é atribuído certo tipo de caráter. Quando uma descrição ou ação é usada para gerar caráter ou atributo, são projetadas ações futuras e expectativas, posturas ou envolvimento dos categorizados. A atribuição de ações futuras é importante para a análise que propomos porque, dada a história do morador de comunidade com a polícia, em suas diferentes subcategorias. As previsões feitas por moradores podem ser justificadas por encontros passados e menos por encontros atuais.

A previsão seria uma consequência dada a familiaridade como o tipo de pessoa categorizada. Como essa previsão não é uma certeza, não é considerada como constitutiva do tipo, mas sim uma possibilidade embutida nos traços da categorização. O tipo é usado para projetar ações futuras para qualquer pessoa que aparente se encaixar no tipo (Jayyusi, 1984, 2015). Partindo dessa compreensão,

Jayyusi apresenta o conceito de deshistorização. Esse conceito aparece quando encapsulamos um conjunto particular de atividades e práticas de vários indivíduos (performances, hábitos, etc.) em vários momentos em um tipo, o que retira desse indivíduo a sua subjetividade, os outros aspectos que lhe constituem. Trata-se de uma questão já identificada no trabalho de Almeida (2014) que aponta o ressentimento dos policiais em relação aos moradores por estes não reconhecerem que eles também são trabalhadores, cidadãos, pais de família.

Outro ponto importante relacionado à categorização diz respeito a ideia de que um lugar ou instituição pode gerar uma categorização de pertença relevante dado o contexto e o que é gerado a partir dele. A UPP instalada dentro da comunidade gera lugar de categorização de pertença.

Segundo Jayyusi nas categorias a performance é observável, a dedicação, as obrigações, deveres, responsabilidades e comprometimento. São qualidades de performance vistas como críticas para se ter um bom policial, por exemplo. Na verdade, às competências devemos somar traços morais da categoria. A falta de certas competências provém base para se dizer que um policial não é bom, por exemplo. Assim, traços morais e comprometimento são básicos para uma performance padronizada da categoria. Nota-se que a categorização pode funcionar como inferência, descrição e julgamento. O foco da nossa análise é a categorização de pertença, pois os moradores usam a categoria de pertença como referente para suas ações.

A categorização de tipo também pode ser entendida como uma categorização de atributos coletivos em um trabalho preditivo em que a predição é feita em referência a indivíduos específicos e ações ao longo do tempo. Quando usada como explicação (“fulano faz isso porque é esse tipo de pessoa”) a categorização de tipo não funciona como explicação por uma razão específica, mas para fazer referência aos tipos de atributos, isto é, traços da classe.

Segundo Jayyusi (1984, 2015), no processo de categorização, algumas habilidades podem ser entendidas como mais básicas que outras. Por exemplo, seria básico a um policial a habilidade de atirar e proteger uma vez que a categorização envolve o domínio formal que o indivíduo categorizado possui, sua prática, atividades, corpus de conhecimento através de suas performances.

2.3.

Moralidade

Um dos pontos de em comum entre os autores que desenvolveram seus estudos acerca da moralidade e da interação é entendê-la como relações sociais. Assim, segundo os autores Günthner e Luckmann (1998), as relações sociais são vistas também como relações morais, pois durante nossos encontros sociais nós estabelecemos relações morais com outros indivíduos; e estamos sempre fazendo e sendo julgados moralmente. É, portanto, durante nossos encontros sociais, que fortalecemos os laços morais daqueles que pertencem à mesma comunidade de prática que nós.

O conceito de moralidade tem recebido tratamento diferente em várias áreas do saber. Neste trabalho, nosso foco reside no que Stokoe e Edwards (2015) denominam "moralidade mundana". O conceito se refere a práticas da vida cotidiana em que as pessoas misturam avaliações morais, o senso de certo e errado, censura e culpabilidade com explicações comuns (ordinary accounts) e descrições de pessoas, ações e eventos. Assim, percebemos que, segundo os autores, moralidade engloba os sentidos de certo e errado, culpa e inocência, censura e liberdade que atribuímos aos indivíduos e a nós mesmos ao descrevermos ações, eventos ou pessoas. Neste trabalho também assumimos com os autores a visão de moralidade como prática comunicativa, ou seja, é durante a comunicação entre indivíduos que a moralidade é reforçada.

Ao pensarmos na moralidade como algo desenvolvido e reforçado durante as práticas comunicativas, estamos entendendo que uma ação praticada por um indivíduo em determinado momento é julgada por nós em seguida. Segundo ainda os autores, uma conduta social moralmente adequada é esperada pelos membros de um grupo. Ao romperem com o que é moralmente esperado, esses indivíduos são removidos da categoria moralmente construída e esperada pelos outros membros:

“Qualquer consideração sobre a responsabilidade da conduta social traz diretamente em foco as dimensões morais no uso da linguagem: nas circunstâncias (interacionais) em que reportamos a nossa conduta ou dos outros, as nossas descrições são por elas próprias fenômenos explicativos (accountable phenomena) através dos quais nós reconhecidamente revelamos uma ação como sendo (im)própria, (in)correta, (in)adequação, (in)justa, (des)honestas, e assim por diante.

Na medida em que as descrições são inevitavelmente incompletas e seletivas, elas são projetadas para fins de interação específicos e locais (DREW, 2011)¹.

Essa relação de quebra ou não da moralidade esperada é importante para nossa pesquisa uma vez que buscamos observar as questões relacionadas à moralidade que subjazem ao modo como os moradores falam sobre policial.

Outro autor que desenvolve seus estudos sobre moralidade e interação é Bergman (1998). Segundo o autor, a moralidade é uma qualidade comum e intrínseca ao cotidiano social interacional sendo normalmente invisível para nós, ou seja, na maioria das vezes questões morais passam despercebidas pelos indivíduos durante a interação.

Quando conversamos e falamos sobre outras pessoas, é quase impossível que nós evitemos expressões e adjetivos que não carreguem um significado moral. Vale ressaltar que, segundo o estudioso, para um discurso moralizante acontecer, esse tipo de linguagem com expressões e adjetivos moralizantes podem ou não acontecer. No decurso da interação, algumas palavras tidas como impertinentes podem vir a ser neutralizadas, e outras, aparentemente neutras e inocentes, podem adquirir um significado moral. O tom moral de uma declaração também pode surgir através de uma imperceptível virada de corpo, uma ligeira elevação das sobrancelhas ou um certo tom de voz. Percebe-se, assim, que a moralidade é onipresente na vida cotidiana e está profundamente entrelaçada ao discurso diário dos indivíduos de forma que quase nunca reconhecemos nossos feitos como negócios morais.

Apesar de muitos autores distinguirem moral e ética, Bergman (1998) afirma que na literatura a moral é usada como um sinônimo de ética e estaria ligada a uma atitude de vida de acordo como ideais religiosos, sociais, políticos, etc. Dessa forma, a moral seria utilizada como denominador para a realidade interna dos indivíduos e, também, para a totalidade de opiniões e convicções sobre o bem e o

¹ Social conduct and social relations are essentially accountable phenomena. They are constituted through our practices of reporting, describing, and reasoning-and therein lies the central role that language plays in constructing social reality. Any consideration of the accountability of social conduct brings directly into focus moral dimensions of language use: 'in the (interactional) circumstances in which we report our own or others' conduct, our descriptions are themselves accountable phenomena through which we recognizably display an action's (im)propriety, (in)correctness, (un)suitability, (in)appropriateness, (in)justice, (dis)honesty, and so forth. Insofar as descriptions are unavoidably incomplete and selective, they are designed for specific and local interactional purposes (DREW, 2011).

mal. Já o sistema de leis que rege uma dada sociedade é visto como regulador do comportamento externo dos indivíduos.

Segundo o autor, a noção de moralidade interior apresentada prevalece nos debates filosóficos, mas não se resume somente a ele, pois também é um traço do senso comum. No dia a dia, a moralidade interior se refere a atitudes e processos internos do indivíduo, assim, a consciência é vista como parte do “homem interior” e do que a “voz interior” está dizendo nos dizendo, se violamos ou não as regras que internalizamos.

Para Bergman (1998), a partir do senso comum e do que esperamos do comportamento de um indivíduo, nós assimilamos questões morais sobre os que fazem parte de nossas vidas. Isso torna-se relevante no contexto do trabalho, visto que a(s) entrevistadora(s) são apenas membros da Categoria Academia. O entrevistado desenha a sua performance considerando o que supõe ser de conhecimento comum sobre comunidade, polícia e morador de comunidade. O pertencimento a essas categorias nos remete ao conceito de protomoralidade proposto por Bergman (1998).

Trata-se de um conhecimento que se refere aos traços morais do discurso interno. Esses traços são denominados protomorais, pois eles não captam as formas concretas nas quais a moralidade é organizada e experienciada na vida cotidiana, mas são as pré-condições estruturais de qualquer moralidade singular que em uma dada sociedade em um certo período de tempo tem evoluído e é aceito como forma cultural obrigatória. Assim, podemos entender que a mudança dos tempos fornece uma mudança de moral, pois moralidade pertence às formas socioculturais de vida.

Segundo o autor, a origem da protomoralidade se deu, pois, como atores competentes, nós assumimos que somos capazes de fazer escolhas através de cursos de ação alternativos. Lançando mão dos princípios de reciprocidade (Schutz, 1971 in: Bergman, 1998), nós atribuímos aos outros as mesmas habilidades e competências que reivindicamos para nós mesmos. Com isso, acreditamos que os outros sempre têm possibilidades de escolha e, conseqüentemente, são responsáveis pelas ações que decidem ou não tomar.

Segundo Bergman (1998) até o momento, estudos empíricos sobre moralidade no discurso têm lidado como vários elementos e formatos em diferentes níveis do discurso, através dos quais os significados morais são explicitamente formulados ou implicitamente infundidos durante a interação. Assim, de forma a

construir uma elocução de forma que seus significados morais sejam reconhecíveis, alguns dispositivos expressivos ou descritivos são utilizados. Bergman chama esses dispositivos de Características do Discurso Moral. Palavras como tom avaliativo, elogios, culpar ou defender pessoas, são algumas dessas características. Outra característica apontada é a frequente mitigação, encobrimento, neutralização, posicionamento de forma humorística ou irônica de ideias com carga moral. Assim, o falante buscaria usar palavras polidas, eufemismos e outros dispositivos amenizadores para se expressar.

Duas práticas discursivas veem sendo relacionadas ao conceito de moralidade. São elas (i) o uso de *accounts* e (ii) narrativas. As explicações/justificativas (*accounts*) também podem ser vistas como uma característica dos indivíduos que querem explicar a quebra de uma expectativa moral. Segundo Scott e Lyman (1968; 1990 apud Sell (2013, p. 220), os atores sociais oferecem e acionam justificativas quando querem “explicar um comportamento não esperado ou inconveniente”. Dessa forma, notamos uma relação entre a utilização de justificativas pelo indivíduo e o “trabalho moral defensivo” (DREW, 1998 apud Sell, 2013).

Dentro da narrativa os indivíduos produzem e reproduzem a realidade moral que os cerca. Uma forma de categorizar os outros é através do uso de narrativas que buscam “alinhar e realinhar a ordem social e moral” (GOODWIN, apud STOKOE, 2003, p. 320). As justificativas (*accounts*) seguem dentro das narrativas que quebram com expectativas morais e, por consequência, deslocam os indivíduos de dentro da categoria esperada. Para Jayyusi (1984, p. 2) “as categorias que são usadas nas descrições e as justificativas/explicações (*accounts*) são fundamentais para o surgimento da moralidade na interação. O trabalho de categorização feito pelos membros é, portanto, incorporado em uma “ordem moral”.

Segundo a revisão apresentada pelos autores, a noção de *account* é considerada um recurso retórico estratégico de descrições, explicações, “self-reports” das atividades cotidianas (ANTAKI, 1988), construção interacional de sentidos preferidos de eventos problemáticos (BUTTNY, 1993), na reparação social das interações para explicar um comportamento inconivente (SCOTT; LYMAN, 1968) e na preservação ou salvamento das faces ou para a construção de argumentos persuasivos.

Segundo ainda Arribas-Ayllon et al. (2011:3), os *accounts* são orientados para quem ouve e possuem uma moral estabelecida socialmente, ou seja, estão orientados pelas normas sociais de senso comum instituídas culturalmente. Contudo, não estão fixados a esse conjunto de regras, pois as situações do dia a dia exigem constantes negociações por parte dos falantes. Para os autores, a Análise Retórica do Discurso é vista como uma atividade social que atravessa várias esferas e que analisa a noção de *account* como atividade e representação social, construção e negociação de sentidos, entre outras coisas.

Ao tratarmos sobre os estudos linguísticos de base sociológica, podemos citar o seminal trabalho de Scott e Lyman (1968). Segundo esses autores, *accounts* são entendidos como dispositivos discursivos cuja função é o reparo social da fala em interação. Neste contexto, os *accounts* serviriam para explicar um comportamento inesperado do próprio falante ou de terceiros dentro de uma situação avaliativa.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Buttny (1993) define *account* como o “uso da linguagem para construir interacionalmente sentidos preferidos para eventos problemáticos” (BUTTNY, 1993:23). Segundo o autor, os *accounts* são estratégias usadas pelo falante a fim de salvar a sua face quando há uma interrupção da ordem cerimonial de interações (BUTTNY, 1993:23), ou seja, o falante lança mão de *accounts* para moldar uma imagem de como deseja ser visto pelo interlocutor.

Posto isso, os autores Arribas-Ayllon et al (2011) também consideram *accounts* uma forma de o indivíduo construir sentido e apresentar justificativas para ações inconvenientes e proteger a face. No entanto, assim como na perspectiva etnometodológica (GARFINKEL, 1967), eles também entendem *accounts* como qualquer prática social. Dessa forma, Arribas-Ayllon et al (2011) ampliam a primeira definição de forma que os *accounts* passam a ser entendidos não só como uma defesa do indivíduo para evento problemático, mas como esse indivíduo busca se fazer entender pelo ouvinte de modo que suas ações e concepções sejam compreendidas, pois, “as pessoas se explicam quando querem que os outros reconheçam e entendam o que elas estão fazendo” (ARRIBAS-AYLLON et al, 2011:9).

No contexto do nosso estudo, a entrevista de pesquisa realizada por uma pessoa que não é da comunidade, mas que também não é membro da polícia, levou

os entrevistados a usar os *accounts* com diversas funções, destacando-se, dentre elas, a da defesa da legitimidade de suas posições e a denúncia de posturas policiais condenáveis.

Um outro ponto importante trazido por Bergman (1998) é a seleção e narração de histórias. Segundo ele, o fato de selecionarmos e contarmos uma história é fato de a julgarmos significativa e notável, isto é, o que torna um evento memorável e reportável é o conteúdo moral que ele carrega, o qual deve ser capturado e transmitido na hora de contar a história. Esse ponto é importante para a nossa pesquisa, pois percebemos que os eventos narrados por nossos entrevistados carregavam um conteúdo moral intrínseco que tornava aquela narrativa memorável e reportável a nós.

Seguindo esse mesmo pensamento, Mandelbaum (2003) e Ochs e Capps (2001) citados por Sell e Osterman (2015), entendem que eventos reportados são trazidos à superfície da narrativa dos indivíduos na medida em que são considerados relevantes para a atividade que está sendo realizada naquele determinado lugar e momento. Mesmo que o evento narrado escolhido não seja visto como “extraordinário” e mesmo que não possua uma “ação complicante”, segundo o conceito laboviano, a escolha de um acontecimento para narrar nunca é feita de forma aleatória e, na maioria das vezes, tem implicações morais.

Também para White (1980, p. 26 in: Bergman, 1998) no “ (...) local em que a narrativa está presente, podemos ter certeza que a moralidade ou um impulso moral também está presente”. Bergman (1998) adiciona, “os narradores e os receptores se veem como agentes morais”. Em nossa pesquisa, as narrativas dos moradores ilustram o modo como eles avaliam – positivamente ou negativamente – os policiais da UPP, fazendo emergir os valores que orientam suas práticas. Vemos assim que através de uma perspectiva interacional, as narrativas vão muito além da função de somente relatar eventos passados (Sell e Osterman, 2015).

Ao longo das entrevistas, cujos excertos foram analisados nesta pesquisa, os moradores relataram experiências vivenciadas por eles ou por terceiros dentro ou fora da comunidade em que moravam. Posto isso, são fundamentais para este trabalho as contribuições da Literatura sobre narrativa.

Diferentes áreas do saber, tais como, sociologia, psicologia, antropologia social, entre outras vêm desenvolvendo estudos sobre narrativa nos quais a entendem como um modo de dar sentido ao mundo e, através de sua estrutura,

descobrir a identidade social e sentido de *self* do narrador (GEORGAKOPOULOU, 2011). Segundo Benwell e Stokoe (2006), a narração de histórias compõe uma parte predominante da vida social dos indivíduos, pois é por meio da narração que as pessoas recordam certos fatos, recontam histórias e refletem sobre suas próprias vidas. Alguns autores tais como Daiute and Lightfoot (2004: xi) acrescentam que quando narramos nós organizamos nossas vidas e relações sociais, realizamos interpretações do passado, e fazemos planos para o futuro. A partir das narrativas mundanas que produzimos em nossas conversas, sejam elas virtuais ou em pessoa, nós damos sentido às nossas vidas (DENZIN, 2000) e, como postulam alguns autores, vamos construindo nossas identidades.

Dentre outros destacamos o estudo de avaliação proposto por Charlotte Linde (1993). Em seus estudos, Linde (1993) faz uma análise sobre a relação entre avaliação e prática social, pois entende que a avaliação se encaixa como elemento de negociação em interações.

Os estudos de Linde (1993) fazem uma ligação com a nossa pesquisa, pois estabelecem uma relação entre avaliação e identidade, isto é, para nossa pesquisa, o elemento avaliação do modelo Laboviano será utilizado, uma vez que um dos nossos objetivos é analisar como os moradores avaliam as práticas policiais e os encontros com os policiais. Acreditamos que dessas avaliações – de boas ou más práticas policiais – emergem as identidades dos narradores e daqueles que são o foco de suas narrações.

Assim, dividimos com Linde (1993) a ideia de que “qualquer instanciamento produzida pelo falante que indique sentido social ou valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” é uma avaliação. Outro aspecto importante é que nem sempre as narrativas em entrevistas de pesquisa são elicitadas. Muitas vezes elas emergem espontaneamente e têm uma função argumentativa, justificando uma avaliação, um ponto de vista assumido pelo entrevistado.

Nesse trabalho entendemos o evento discursivo como um processo por meio do qual os moradores constroem através de suas relações uma realidade social. Segundo Moita Lopes (2002), na narrativa em si as pessoas se utilizam de falas e interpretações dos diversos discursos dos quais participam e/ou participaram, isto é, podemos entender que ao falar uma pessoa manifesta suas práticas sociais (construídas através do tempo).

Assim, podemos dizer que ao narrar histórias os indivíduos constroem a si próprios e os outros, uma vez que suas narrativas podem ser consideradas como lugares onde constroem e reforçam a sociedade e suas identidades, como podemos ver em: “as histórias são recursos não só de desenvolvimento e apresentação de um ‘self’ como uma entidade psicológica, mas como de alguém localizado em um mundo social e cultural” (SCHIFFRIN, 1996).